



## Do gado à cana: a cultura açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei (século XVIII)

Wanderlei de Oliveira Menezes<sup>1</sup>

## Cattle to cane: the sugar production in the captaincy of Sergipe d' El Rei (eighteenth century)

### Resumo:

Este artigo trata da atividade açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei durante o século XVIII. O objetivo é situar historicamente o momento de transição do principal produto de exportação da capitania da pecuária para a produção canavieira. O gado era desde os primórdios da capitania o principal produto de exportação, contudo, na segunda metade do século XVIII, a produção canavieira passou a ser impulsionada pela política pombalina de estímulo à produção de gêneros agrícolas e encontrou em Sergipe um terreno fértil para sua expansão. O número de engenhos aumentou significativamente, impulsionando o crescimento da produção e a formação de uma elite de senhores de engenhos e lavradores de cana bem como a aquisição de mão-de-obra escrava.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gado, Açúcar, Sergipe d'El Rei.

### Abstract:

This article deals with the sugar industry in the captaincy of Sergipe d' El Rei during the eighteenth century. The goal is historically situate the moment of transition from the main export of the captaincy of livestock for sugarcane production. Cattle were from the beginning of the captaincy main export, however, in the second half of the eighteenth century, sugarcane production has become driven by Pombal statecraft of fostering the production of farm products and found in Sergipe fertile ground for its expansion. The number of mills increased significantly, driving the growth of production and the formation of an elite of gentlemen mills and cane farmers and the acquisition of labor, slave labor.

**KEYWORDS:** Cattle, sugar, Sergipe d' El Rei

195



1 Mestrando em História pela UFS. Endereço eletrônico: wanderlei.sergipecolonial@gmail.com



Os estudos acerca da economia de Sergipe durante o período colonial são diminutos. A historiografia clássica, sobretudo Felisbello Freire e Carvalho Lima Júnior, deram especial ênfase a história político-administrativa e factual da capitania de Sergipe.<sup>2</sup> Um importante marco para a compreensão do passado colonial sergipano foi realizado pela professora Maria Thétis Nunes com a publicação dos dois volumes de Sergipe colonial. O primeiro volume era destinado a estudar a História de Sergipe nos séculos XVI e XVII. A segunda obra tinha foco na história da capitania no século XVIII.<sup>3</sup>

Num capítulo de *Sergipe Colonial I*, Thétis analisou a importância comercial das culturas de exportação (fumo, cana e algodão) para a capitania de Sergipe<sup>4</sup>. Em breves palavras, a historiadora atestou o crescimento da produção açucareira sergipana no século XVIII e suas consequências. Excepcionalmente esse texto, muito pouco se escreveu sobre a cultura açucareira em Sergipe durante o período colonial. Mesmo assim, a cultura açucareira local recebeu a atenção de importantes pesquisadores, em especial Josué Modesto dos Passos Sobrinho, Maria da Glória Santana de Almeida, Orlando Dantas e Sharise Piroupo.<sup>5</sup> Contudo, essas pesquisas tem por marco temporal o século XIX, período do ápice da produção açucareira em Sergipe.

Este artigo aborda a atividade açucareira na capitania de Sergipe d'El Rei durante o século XVIII. O objetivo é situar historicamente o momento de transição do principal produto de exportação da capitania da pecuária para a produção canavieira. Desde os primórdios da capitania o gado era o principal produto de exportação, contudo, na segunda metade do século XVIII, a produção canavieira passou a ser impulsionada pela política pombalina de estímulo à produção de gêneros agrícolas e encontrou em Sergipe um terreno fértil para sua expansão.

- 2 FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe, 1575-1855*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891; \_\_\_\_\_. *História Territorial do Brasil*. V. 1. (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Typ. "Jornal do Commercio", 1906; LIMA JUNIOR, Francisco A. de Carvalho. *Os capitães-mores de Sergipe (1590-1820)*. Aracaju: Segrase, 1985.
- 3 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989; \_\_\_\_\_. *Sergipe colonial II*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- 4 NUNES, 1996, Op. Cit. P. 129-153.
- 5 ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. *Sergipe, fundamentos de uma economia dependente*. Petrópolis RJ: Vozes, 1984; \_\_\_\_\_. *Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, SEPLAN, 1993; PASSOS SOBRINHO, Josué Modesto dos. *História econômica de Sergipe: (1850 - 1930)*. Aracaju: Programa Editorial da UFS, 1987; \_\_\_\_\_. *Reordenamento do trabalho: trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro: Sergipe 1850-1930*. Aracaju: FUNCAJU, 2000; DANTAS, Orlando. *A vida patriarcal de Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980; AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Um pé calçado, outro no chão - liberdade e escravidão em Sergipe - Cotiguiba, 1860-1900*. Salvador: EDUFBA, 2012.

### Capitania de Sergipe de “infinito gado”<sup>6</sup>

A fundação da capitania de Sergipe d'El Rei, situada na faixa litorânea entre os rios Real e de São Francisco, entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, se processou por meio de “guerra justa” contra as populações indígenas, através de empreendimento militar liderado por Cristóvão de Barros. Esse governador-interino partiu de Salvador, em 1589, comandando uma numerosa tropa. No ano seguinte, já havia debelado a resistência nativa e fundado um arraial, a qual deu o nome de São Cristóvão.<sup>7</sup> A conquista se justificava pelo interesse dos moradores da Bahia de Todos os Santos pelos pastos dos rios Real, Piauí, Vaza-barris, Sergipe, Japarutuba e, principalmente, Rio de São Francisco, fundamentais à expansão da pecuária nos sertões de baixo.<sup>8</sup> Em 1621, a capitania se destacava como espaço destinado à criação de gado, pois “pela abundância de gado que produz e dos muitos povoadores que a este respeito ali se juntaram, foi Vossa Majestade servido de a nomear Capitania a parte, confirmando os juízes e vereadores, vigários e coadjutor”.<sup>9</sup>

A capitania da Bahia era o centro administrativo da América Portuguesa entre 1549 e 1763. Tinha seu núcleo central na baía de Todos os Santos, área estratégica e comercialmente privilegiada da costa norte do Estado do Brasil. Em 1549 foi transformada em capital do vasto território conquistado pela coroa portuguesa na América. A existência de terras férteis apropriadas à cultura açucareira no entorno da citada baía e recôncavo estimulou o povoamento e a colonização dos territórios vizinhos. Ao sul do recôncavo, surgiram as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, destinadas basicamente à produção de gêneros de subsistência (mandioca, principalmente) e ao fornecimento de madeira e lenha para engenhos, e ao norte estava a capitania de Sergipe. A presença do governo da Bahia interferindo nos rumos da capitania de Sergipe d'El Rei foi uma constante em todo período colonial. Como assinala Stuart Schwartz:

- 6 Expressão extraída a partir da frase “na Tabanha [Itabaiana] de infinito gado” em: MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 49. [edição fac-similar].
- 7 Sobre a conquista de Sergipe, vide: PRADO, J. F. de Almeida. *A Bahia e as capitanias do centro do Brasil (1530-1626)*. Tomo 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. P. 207-228; NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. pp. 17-37; FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe, 1575-1855*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. pp. 01-23; SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Weiszflog irmãos, 1918. pp. 334-342.
- 8 SCHWARTZ, Stuart B. O Brasil Colonial, c.1580-1750: as grandes lavouras e as periferias. In: BETHEL, Leslie (org). *História da América Latina: A América Latina Colonial*. V. II. São Paulo: EDUSP, 1999. P. 379.
- 9 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 49. [edição fac-similar].

a região ao sul do delta do São Francisco, próxima da costa, constituía a capitania independente de Sergipe do Rei, que, como Ilhéus, era, no entanto, econômica e administrativa-mente ligada à Bahia. Havia alguns engenhos de açúcar ao longo dos rios, especialmente junto à vila de São Cristóvão. A região, tal qual a área localizada ao norte de Salvador, era mais importante, contudo, por sua situação de núcleo de expansão da criação de gados. As boiadas eram levadas às margens do São Francisco, do rio Real e de outros rios e, em meados do século XVII, já havia ocorrido uma considerável penetração do interior.<sup>10</sup>

Para Evaldo Cabral de Mello, a fundação da Capitania de Sergipe assegurou as comunicações marítimas e terrestres entre Pernambuco e a Bahia em viagens que despendia menos de três dias, e com a possibilidade de parada na cidade de São Cristóvão, principal núcleo populacional da Capitania.<sup>11</sup> A preocupação com o acesso entre a Bahia e as demais Capitâ-nias da parte setentrional da América Portuguesa, especialmente Pernam-buco, motivou, em 1601, o governo a debelar os quilombos que estavam se formando com as fugas de muitos escravos dos engenhos do recôncavo, na área próxima ao rio Itapicuru, fronteira entre as Capitâ-nias de Sergipe e a da Bahia, sob a incumbência de Felipe Camarão.<sup>12</sup>

A capitania de Sergipe era o caminho mais recomendado para aqueles que faziam a travessia Bahia-Pernambuco. Os caminhos dos sertões da Ja-cobina eram extremamente longos, perigosos e desconhecidos. Como dei-xou bem claro Frei Vicente do Salvador, a partir da conquista de Sergipe (1590) o acesso entre Pernambuco e Bahia melhorou consideravelmente:

dantes ninguém caminhava por terra que não o matassem e comessem os gentios. E o mesmo faziam aos navegantes, porque ali começa a enseada de Vasa-barris, onde se perdem muitos navios por causa dos recifes que lança muito ao mar e os que escapavam do naufrágio não escapavam de suas mãos e dentes. Donde hoje [1627] se caminha por terra com muita facilidade e segurança<sup>13</sup>

A mesma opinião sustentava Diogo de Campos Moreno. A cidade fun-dada por Cristóvão de Barros apesar de ser “uma povoação de casas de

10 SCHWARTZ, Stuart; PÉCOR, Alcir (org.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado de Juan Lopes Sierra* (Bahia, 1676). Trad. Alcir Pécora e Cristina Antunes. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. P. 20.

11 MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Topbooks, 2005. P. 189.

12 GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: UNESP, 2005. P. 396.

13 SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. Rio de Janeiro; São Paulo: Weiszflog irmãos, 1918. P. 337



taipa cobertas de palha pequena”<sup>14</sup> com um fortes em ruínas para guardar a barra, indubitavelmente era “sítio melhor para a passagem dos que caminhão a Pernambuco e dos que vem do mar”<sup>15</sup>

Muito mais que um local de passagem, Sergipe d'El Rei serviu, principalmente, de fornecedor de mantimentos básicos para a população do recôncavo baiano e zona da mata pernambucana. Em *Diálogos das Grandezas do Brasil* (1618), texto atribuído a Ambrósio Fernandes Brandão, a capitania de Sergipe era definida como “coisa pequena, e só abundante em gado, que naquela parte se cria em grande cópia”.<sup>16</sup> Em 1612, o citado Diogo Campo Moreno era enfático em afirmar que a capitania de Sergipe era “muito proveitosa aos engenhos e fazendas de Pernambuco e da Bahia, para os quais todos os anos vai muito gado daí para comer, como para serviço cria-se nestes pastos muitas boas éguas e bons cavalos que dos do Brasil são os melhores”.<sup>17</sup>

Durante a presença flamenga na América Portuguesa, percebeu-se claramente o papel desempenhado pela capitania de Sergipe dentro do Império Ultramarino Português. Em 1637, a capitania foi tomada pelas tropas holandesas que avançavam em direção ao Rio de São Francisco. O Conselho de Estado Português é contundente ao enfatizar a importância da Capitania expondo ao Rei D. João IV que “Também de Sergipe iam os principais mantimentos para a Baía, os quais passariam a faltar se lá ficassem os holandeses”.<sup>18</sup> No parecer do Conde de Odemira essa situação ficou mais explícita, pois na primeira observação da proposta de paz com os holandeses era mencionado que “as terras de Sergipe eram os pastos do gado da Baía e o sustento de seus habitantes”.<sup>19</sup> Em outras tentativas de acordo de paz entre as duas potências europeias, o território entre os rios Real e de São Francisco recebeu a devida atenção dos embaixadores lusos em Amsterdam, pois “eram dos gados e mantimentos com que se sustentavam a Bahia, que ficaria oprimida”.<sup>20</sup> Somente o padre Antônio Vieira, em 1648, teve postura diferente em relação a Sergipe:

14 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 50. [edição fac-similar].

15 Idem.

16 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramento, 1977. P. 53.

17 MORENO, Diogo Campos. *Livro que dá Razão ao Estado do Brasil*. Brasília: INL, 1968. P. 49.

18 Consulta do Conselho de Estado ao rei de Portugal em 05 de dezembro de 1648 sobre as condições de paz com a Holanda. In: RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernanda G. da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. V. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. P. 71.

19 Parecer do Conde de Odemira sobre as propostas de paz oferecidas aos holandeses pelo embaixador português Francisco de Sousa Coutinho em 10 de dezembro de 1648. In: RAU, Virginia; SILVA, Maria Fernanda G. da. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. V. 1. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1956. P. 79.

20 Ibid, p. 368.



Por que damos Sergipe, que é o mesmo que entregarmos a Bahia, por que sendo os holandeses senhores de Sergipe, o ficam sendo dos gados e mantimentos de que a Bahia se sustenta. Responde-se, que Sergipe tão célebre neste tratado, hoje não é nada, e nunca foi tão grande coisa como se imagina. [...] não sendo verdadeiramente Sergipe senão uma capitania que está distante da Bahia cinquenta léguas, e o rio do mesmo nome [...] A cidade de Sergipe tinha antigamente cinquenta casas de palhoças; hoje é como outro campo.<sup>21</sup>

A posição de Antônio Vieira pode ser entendida como resultado dos estragos causados pela presença holandesa na capitania (1637-1645) e da estratégia de retirada do gado e destruição sistemática de todos os mantimentos por parte do conde Bagnoulo, durante a retirada das tropas brasileiras. Além do mais, esse religioso acreditava que os elementos necessários para o sustento da Bahia poderiam vir também de Cairu, Boipeba e Camamu.<sup>22</sup>

De qualquer forma, a conquista militar da Bahia e a manutenção dos engenhos do recôncavo estavam relacionados com a situação de Sergipe. O que os Holandeses buscaram fazer foi canalizar o potencial de “apêndice” da pequena capitania para dar suporte à atividade açucareira em Pernambuco, porém as tropas luso-brasilicas lançaram por terra as intenções da Companhia das Índias Ocidentais ao empreender a tática de destruir tudo que servisse aos invasores. O gado foi levado para o Recôncavo e os canaviais queimados. Mesmo assim Maurício de Nassau ordenou a ocupação de Sergipe “pois que até hoje dela vínhamos tirando todo gado necessário”.<sup>23</sup> O plano dele era “mandar fortificar essa praça para que no caso de um tratado de paz, possamos incluir essa capitania na jurisdição desta região [de Pernambuco]”.<sup>24</sup>

A pecuária impulsionou a ocupação do território que futuramente seria denominado Sergipe. Paulatinamente, os moradores foram se estabelecendo pelo território. Em 1621, havia “mais de duzentos moradores brancos separados uns dos outros a respeito das criações para as quais são tão ambiciosos de ocupar terra, que há morador que tem trinta léguas de sesmaria em diferentes partes”.<sup>25</sup> O historiador Stuart Schwartz associou o surgimento de Sergipe d’El Rei à neces-

21 VIEIRA, Antonio. Papel que fez o Pe. Antonio Vieira a favor da entrega de Pernambuco aos holandeses [1648]. *Escritos Políticos e Históricos*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. P. 337.

22 Ibid. p. 339.

23 Gouvêa, Fernando da Cruz. *Maurício de Nassau e o Brasil Holandês: correspondência com os Estados Gerais*. Recife: UFPE, 1998. P. 110.

24 Idem.

25 MORENO, Diogo de Campos. Capitania de Sergipe del Rei. In: *Livro que dá razão do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: INL, 1968. P. 50. [edição fac-similar].



cidade de expansão da criação de gado para novas áreas em direção ao Rio São Francisco. Sergipe era assim “um apêndice econômico dos engenhos de açúcar do Recôncavo”.<sup>26</sup> Para Maria Thétis Nunes, a economia local era estruturada em decorrência da demanda da política econômica metropolitana e do mercado europeu.<sup>27</sup>

### *Os setecentos: o século doce em Sergipe d'El Rei*

No século XVIII, a capitania de Sergipe vivenciou um período de reordenamento econômico. A produção dos principais gêneros de exportação da América Portuguesa (cana-de-açúcar, fumo e algodão) é incrementada.

O cronista Sebastião da Rocha Pita (1730) nos oferece informações sobre esse momento histórico.<sup>28</sup> Ele deu especial destaque a região do Cotinguiba onde, “no seu recôncavo, e no de suas vilas se contam vinte e cinco Engenhos, de donde se sai todos os anos bom número de caixas para a Bahia, de perfeito açúcar em qualidade, e benefício”.<sup>29</sup> O relato de Rocha Pitta remetia a uma situação financeiramente promissora não apenas do Cotinguiba, mas de toda a capitania de Sergipe, pois havia:

mais de oito mil vizinhos, que possuem cabedais, e tem muitas lavouras, sendo para todos o terreno tão dilatado, e fecundo, que faz férteis as suas Povoações, e a seus habitantes ricos, e abundantes. São pródigos os seus campos de criação de gado, na produção das sementeiras, e do tabaco. Deste gênero, da courama, e do açúcar, lhe resulta muito comércio, e ainda fora mais franco, a não serem as duas barras tão estreitas, que não dão transito, mais que a pequenas sumacas<sup>30</sup>

Contudo, como alerta José Honório Rodrigues, Rocha Pitta era uma autoridade colonial que valorizou demasiadamente a terra. Sua escrita é ufanista e ele adota uma defesa dos interesses de Portugal, pois “Muitas



- 26 SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o tribunal superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das letras, 2011. P. 105.
- 27 NUNES, Maria Thétis. *Sergipe Colonial I*. Aracaju: UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- 28 PITTA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa: desde o ano de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva. 1730. P. 110.
- 29 Idem.
- 30 Ibidem. P. 111.



vezes a História de Portugal substitui a da América Portuguesa, já em si tão sumariada e tão submetida”.<sup>31</sup>

Gonçalo Soares de França, cronista contemporâneo ao anteriormente citado, também descreveu a região do Cotinguiba como uma área promissora economicamente: “a engrandece muito a amena fertilidade do seu contorno, em que se contam trinta e dois engenhos, algumas fazendas de gado, muitas roçarias, muitos legumes, e na Marinha superabundante cópia de pescados, mariscos, frutas e hortaliças”.<sup>32</sup>

No século XVIII, teremos em Sergipe d’El Rei a transição de uma economia baseada na criação de gado e aproveitamento de seus derivados pela instalação de forma mais intensa de novos engenhos de açúcar e áreas destinadas ao cultivo da cana de açúcar. O gado continuou como elemento importante de riqueza nesse período de transição, sendo comum encontrarmos criadores que se tornaram lavradores de cana ou mesmo senhores de engenho. De acordo com Anderson Pereira, para o século XVIII, a estimativa do rebanho sergipano era de aproximadamente 15.000 reses.<sup>33</sup> Esse mesmo autor sugere que a criação de gado gerou capitais para a expansão da economia açucareira. Assim, possivelmente, a renda gerada pela pecuária com a venda dos sítios, fazendas, e currais ou mesmo pelo comércio da carne e exportação de couros foi aplicada na expansão da economia açucareira.

O cronista e naturalista de Antônio Muniz de Souza, nascido no final do século XVIII, na povoação de campos (Atual Tobias Barreto, na época termo da vila de Lagarto), registrou esse momento histórico de decadência da pecuária em Sergipe e capitanias vizinhas:

antigamente criavam-se muitos gados nas grandes campinas, que tem pela beira-costa, e com tanta abundância, que se exportava algum para o Rio de Janeiro; porém não só se não exporta mais, compram muitas boiadas, e cavahadas aos Mineiros que anualmente descem, porque aquelas campinas

31 RODRIGUES, José Honório. *História da História do Brasil: historiografia colonial*. 2. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. P. 496-497; KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004, p.16; OLIVEIRA, Maria da Glória. Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.30. n59.p.37-52. 2010. p .39.

32 FRANÇA, Gonçalo Soares da. Dissertações da História Eclesiástica do Brasil em 1724. In: CASTELLO, José Aderaldo. *O movimento academicista no Brasil (1641-1820/22)*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1969. P. 192.

33 PEREIRA, Anderson. O gado em Sergipe no século XVIII. *Anais do V Encontro Internacional de História Colonial: cultura, escravidão e poder na expansão ultramarina (século XVI ao XIX)*. Maceió: UFAL, 2014. pp. 160-165. Os dados extraídos de: PITTA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Academia Real, 1730 e ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Lisboa: Oficina Real, 1711.



provando antigamente bem para a criação de gados, tanto vacum , como cavalar , hoje tem desmerecido por muitos motivos: 1º pela pequena qualidade dos gados; 2º pela escassez do leite nas vacas, e pouca manteiga, ou nata no mesmo leite; e pelo pouco sebo nos animais; 3º por darem as vacas por muito tempo de mamar aos bezerros, e falharem muitas parições; antigamente se contavam maravilhas não só dos pastos, corno dos animais, e suas produções.<sup>34</sup>

Esse quadro de mudança na estrutura econômica local seria potencializado com a aplicação de diretrizes políticas e econômicas de um reformismo ilustrado que marcou profundamente a América Portuguesa a partir de 1750, sob a administração de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o Marquês de Pombal. Suas ações visavam à modernização do Estado Português, embasado nos pressupostos de um mercantilismo revitalizado para fortalecer a vida econômica do Reino através do estímulo à produção agrícola e ao comércio. Essas medidas tomadas pelo governo metropolitano eram consideradas urgentes e vitais para se restaurar a saúde econômica de Portugal e retirá-lo do atraso.<sup>35</sup> Com Pombal, a burguesia comercial conseguiu romper com a submissão à nobreza portuguesa. De acordo com o visconde de Carnaxide: “Até então o comércio tinha sido apenas uma forma de se alcançar a fortuna. Daí por diante o triunfo comercial, ou seja, a fortuna, mesmo que adquirida por uma profissão chamada ‘madrasta’, passou a constituir um bilhete de ingresso na aristocracia”.<sup>36</sup>

Havia um projeto político protagonizado por Pombal marcado por propostas de rupturas e reformas, mesmo limitado por uma série de circunstâncias, paralelas ao advento das concepções e práticas políticas iluministas, de caráter centralizador, que, em Portugal, se manifestaram no reinado de D. José I, e continuou no reinado posterior. Para Hespanha, “[...] sobretudo nos domínios fiscal e da organização da alta administração, [Pombal] institui modelos novos de pensar a sociedade e o poder e de organizar, correspondentemente, a malha institucional”.<sup>37</sup>

Por outro lado, sabemos que algumas das reformas levadas a cabo durante o período pombalino consistiram na extensão à colônia das ramificações de operações em andamento no Reino. Entretanto, como pontuou Francisco Falcon, “Entre os discursos metropolitanos, que anunciam e justificam as reformas, e as práticas reais, na colônia, há com frequência uma

34 Ibid. p. 124-125

35 MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal*. Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 10.

36 CARNAXIDE, Visconde de. *O Brasil na Administração Pombalina*. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1979, p. 25

37 HESPANHA, A. M. (Coord.). *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, v. 4, 1993. P. 7

considerável distância”.<sup>38</sup> Joaquim Romero Magalhães relativiza importantes pontos da atuação da política pombalina no Brasil. Inicialmente, defende a hipótese que a política pombalina não nasceu pronta, foi se construindo, e muito do que é considerado inovação nos planos político, econômico, fiscal e militar já existia antes de Pombal ascender à condição de primeiro-ministro. Segundo esse historiador, muito da atuação de Pombal é obra do casuísmo, pois faltava homogeneidade e um programa definido de ações. Não havia um programa econômico no período pombalino voltado para o Brasil e a intenção maior de Pombal era privilegiar a produção agrícola:

Para o marquês de Pombal a utilidade maior estava na agricultura, que não nas minas. Autorizar mais áreas mineiras trazia como resultado diminuir a população e a produção agrícola e aumentar as dificuldades de fiscalização às jazidas [...] Simplesmente porque para o comércio do Reino relevava dispor dos produtos agrícolas coloniais com curso nos mercados internacionais – caso do açúcar, do tabaco, do algodão ou do cacau.<sup>39</sup>

204

A América Portuguesa e as outras possessões ultramarinas do império passariam a vivenciar um período fecundo caracterizado por importantes reformas administrativas e reorganização das atividades produtivas. Como afirmou Teixeira Soares, a partir de 1750, o Brasil entrava numa fase de diversificação econômica bastante curiosa, indicadora de crescimento e enriquecimento. Pombal estimulou o afluxo de produtos brasileiros para os mercados do Reino. A intensificação do comércio entre as duas margens do Atlântico serviria para minimizar os prejuízos com o desvantajoso comércio com a Inglaterra.<sup>40</sup>

Essa fase próspera para a produção agrícola foi incrementada pela conjuntura econômica internacional favorável, marcada pela crise da produção açucareira nas Antilhas e aumento da utilização do açúcar provocado pela ampliação mundial do consumo do chá, cacau e café. Os dados sugerem que houve aumento do volume das exportações do açúcar. O volume das exportações portuguesas do açúcar brasileiro cresceu 3,6% entre 1776 e mais de 14,3% até 1789.<sup>41</sup>

O aprimoramento das estratégias de exploração colonial continuava a ser “um ponto essencial das ideias mercantilistas e fator de constituição

38 FALCON, F. C. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, J. (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: Editoras Unesp, Edusc e Instituto Camões, 2000, p. 159

39 MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil. In: *Labirintos Brasileiros*. São Paulo: Alameda, 2011. P. 188-189.

40 SOARES, Álvaro Teixeira. *O Marquês de Pombal*. Brasília: UNB, 1983. P. 171-172.

41 MALERBA, Jurandir. *Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.55.

das riquezas metropolitanas".<sup>42</sup> Os gêneros agrícolas que tradicionalmente compunham a pauta de exportação da colônia foram revitalizados e estimulados. O crescimento do número de engenhos e a quantidade de caixas de açúcar exportados pela capitania de Sergipe, durante a segunda metade do século XVIII são sintomas da expansão da economia canavieira.

Desde os primeiros anos de instalação da capitania que havia engenhos de açúcar, porém em pequeno número. Segundo dados coletados por Luiz Mott, em 1724 havia 25 engenhos em Sergipe. Esse número foi ampliado para 140 no final do século (1798).<sup>43</sup>

O relato mais pormenorizado da situação econômica promissora da capitania de Sergipe pode ser extraído dos dados apresentados pelo sargento-mor José Antônio Caldas. Esse engenheiro documentou diversos aspectos da administração da Capitania da Bahia em 1759. Acerca da produção de açúcar, temos o seguinte quadro nesse ano:

**Tabela 01: Produção açucareira da Capitania da Bahia em 1759.**

Porto de Partida	Açúcar branco (em arrobas)	Açúcar mascavo (em arrobas)
Santo Amaro (Bahia)	60.514	24.700
Matoim (Bahia)	37.755	21.817
Beira mar (Bahia)	40.025	25.033
Mato do Seytas (Bahia)	29.233	18.576
Iguapé (Bahia)	28.377	8.686
Garajau (Sergipe)	2.871	5.052
Cotinguiba (Sergipe)	22.074	24.473
Sergipe D'El Rei (Sergipe)	4.385	2.373
TOTAL	185.209	130.710

Fonte: CALDAS, José Antônio. *Notícia Geral de toda esta Capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1951 (Edição fac-similar). p. 222-227.

Com base nos dados acima, é possível afirmar que de 315.919 mil arrobas de açúcar, produzido em 172 engenhos de açúcar e exportado nos oito portos de toda Capitania Geral da Bahia, Sergipe d'El Rei enviava, através de seus três portos, 61.228 arrobas, o que equivale a 19,38% da produção total da Bahia.

Sergipe era destaque na produção de açúcar mascavo. A produção enviada pelo porto do Cotinguiba era a terceira maior da Capitania da Bahia.

42 FALCON, Francisco. *A Época Pombalina*. Política Econômica e Monarquia Ilustrada. São Paulo: Ática, 1986, p.195.

43 MOTT, Luiz R. B. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Aracaju: FUNDESC, 1986. P. 135-138.

Se juntarmos o açúcar mascavo enviado pelos portos de Sergipe D'El Rei supera o que era enviado pelo porto de Santo Amaro, no recôncavo baiano. O açúcar mascavo era de qualidade inferior se comparado ao branco, mais valorizado no mercado europeu.

De acordo com José Ribeiro Júnior, no começo do século XVIII, a Capitania de Pernambuco possuía 246 engenhos, 100 a mais que a Bahia e 110 a mais que o Rio de Janeiro. A produção média de Pernambuco era de 400 mil arrobas de açúcar anuais. Contudo, esse estudioso da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba demonstra que com a criação de uma companhia monopolizadora do comércio, em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, a produção oscilou de tal forma que a hegemonia pernambucana da exportação açucareira foi abalada, principalmente pela Bahia, que durante a segunda metade do século XVIII expandiu sua produção. Sergipe foi, nesse contexto, um espaço onde a atividade açucareira ganhou força, especialmente na região entre os rios Sergipe e Cotinguiba.<sup>44</sup>

Uma característica importante dos engenhos de Sergipe do final do período colonial e no século XIX era as dimensões reduzidas. A esmagadora maioria era de pequeno e médio porte quando comparados aos da Bahia e de Pernambuco. Assim,

Em sua quase totalidade, foram pequenos e médios engenhos de Sergipe colonial, como comprova o baixo número de escravos que possuíam, e o que dizem os testamentos da época [...]. Não existiam na capitania de Sergipe grandes potentados, donos de imensos canaviais como em outras capitanias do Nordeste.<sup>45</sup>

O porto de Salvador era o canal de exportação do açúcar produzido nos engenhos de Sergipe e uma pequena parcela da produção ia para Pernambuco, através do Rio São Francisco. O porto soteropolitano conferiu à cidade um destacado caráter comercial. Foi importante veículo de integração da região ao comércio externo e também a principal ligação entre o mundo rural do recôncavo e o centro consumidor urbano. A importância estratégica do porto baiano fez com que este fosse por muito tempo conhecido como o porto do Brasil. A Baía de Todos os Santos oferecia um abrigo seguro e grande facilidade de atracar os veleiros de longo curso. Sabendo disso, o Marquês de Pombal ordenou a criação da Mesa de Inspeção, conhecidas também como casas de inspeção, em 1751. A ideia de Pombal era voltar a ter o domínio do comércio e gerar fundos para a Fazenda Real pela fiscalização e estabelecimento de preços.

44 RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste Brasileiro: a companhia geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780)*. São Paulo: Hucitec, 2004. P. 134-145;

45 SOBRINHO, Josué Modesto Passos. *Reordenamento do trabalho escravo. Trabalho escravo e trabalho livre no Nordeste açucareiro*. Sergipe. 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000. P. 26



Em 1753, os colonos de Sergipe, através de petições e representações, protestaram contra a fixação desses preços que já vinha determinado pela Coroa, através de seus agentes fiscalizadores. Na representação dos donos de engenho da Bahia e Sergipe, queixavam-se da carestia dos escravos e dos baixos preços fixados para o açúcar.<sup>46</sup> Os produtores de Sergipe alegaram ainda que “o custo de registro de caixas os deixava ainda mais pobres”.<sup>47</sup> As reclamações não surtiram efeito. Segundo Kenneth Maxwell, as Mesas de Inspeção eram simples paliativo que não atingiam as raízes, pois as dificuldades enfrentadas pelos grupos mercantis e agrícolas provinham do domínio dos comerciantes estrangeiros.<sup>48</sup> Algumas caixas de açúcar proveniente de Sergipe foram devolvidas pela Junta do Comércio nesse mesmo ano, outro importante órgão fiscalizador criado por Pombal, que exigiu providências da Mesa de Inspeção. Era comum a mistura de diferentes qualidades de açúcar, contudo, produtores da capitania de Sergipe misturaram terra ao açúcar e:



[pela] primeira vez que se viu praticada em caixas de açúcar, sendo além disto para notar que ambas as referidas caixas de açúcar, tão nova e escandalosamente falsificadas, viessem não de algum engenho do Recôncavo desta cidade, mas de dois engenhos da Ribeira de Cotinguiba, distrito da comarca de Sergipe d'El Rei, cujos donos talvez confiados na grande distância dos engenhos de que se faz a remessa das referidas caixas se animaram a cometer a dita falsidade, persuadidos de que não poderiam ser descobertos os autores dela.<sup>49</sup>

Em resposta, a Mesa de Inspeção afirmou ter tomado às providências necessárias. Ao expedir ordem ao ouvidor da comarca de Sergipe para prender e remeter preso à cadeia da cidade da Bahia para ser processados os infratores.

Robert Southey entendeu que a capitania de Sergipe, no final do século XVIII, não possuía “vantagens naturais para o comércio, como as capitanias vizinhas [Bahia e Pernambuco], tendo ficado muito atrás delas seus progressos, sem contudo conservar-se estacionária”.<sup>50</sup> A razão

46 CARTA do vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde de Atouguia, Luís Pedro Peregrino de Carvalho de Meneses e Ataíde ao rei D. José, em resposta à provisão real, dando seu parecer acerca das representações dos donos de engenho da Bahia e Sergipe, que apresentam queixas da carestia dos escravos e da produção do açúcar em 29 de maio de 1753. Arquivo Histórico Ultramarino. CU. BR/BA. Cx. 115, D. 8985.

47 Representação da câmara de Sergipe à Coroa em 30 de abril de 1753. APEB. Maço 132. Documento avulso.

48 MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 33.

49 Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Junta do Comércio, Maço 10, Cx. 38.

50 SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Trad. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. V. 6. São Paulo: Obelisco, 1965. p. 301.



apresentada pelo historiador britânico para o atraso econômico é que “Nenhum dos rios é navegável por embarcações maiores que sumacas, excessivamente perigosa a entrada de todos por causa dos baixios, penedos e tremendas ressacas. Esses óbices postos ao comércio retardaram os progressos do povo”.<sup>51</sup>

Em *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasilicas*, Luiz dos Santos Vilhena nos informa que, nos últimos anos do século XVIII, a capitania de Sergipe d’El Rei era o “sertão de baixo” da Capitania da Bahia. Esse autor expõe de forma simples como era a organização do espaço produtivo da Capitania e a destinação de seus produtos. Em Sergipe d’El Rei “os que habitam o interior do continente ocupam-se na criação de gado e os próximos à Marinha [litoral] e margens dos rios se empregam na cultura das mandiocas e de todos os legumes com que fornecem a Cidade [Salvador] e muitos engenhos”<sup>52</sup>.

Uma carta dos vereadores da vila de Santa Luzia ao governador da Bahia de 1782 atestou a expansão da cultura canavieira no Cotinguiba em detrimento do cultivo da mandioca. Os edis do maior centro produtor de farinha da capitania de Sergipe queixavam-se das:

Continuas e grandes extrações [de farinha], que do mesmo gênero tem havido para a Cidade de Sergipe d’El Rei, seu contorno e em especial para a Cotinguiba, cujos moradores esquecidos de todo da observância que devemos prestar cegamente as ordens de nossos superiores, só se empregam na cultura da cana de sorte que até se tem perdido naquele país a semente de mandioca.<sup>53</sup>

As plantações de cana de açúcar da Cotinguiba continuam a ocupar os espaços das lavouras de subsistência nos dias atuais. Muitos dos engenhos montados na segunda metade do século XVIII ainda são visíveis nas paisagens bucólicas de dezena de municípios sergipanos.

51 Ibid. p. 302.

52 Ibid. p. 480.

53 Carta dos oficiais da câmara da Vila Real de Santa Luzia sobre a plantação de mandioca em 13 de fevereiro de 1782. Seção de Arquivo Colonial. Correspondência recebida pelo Governo da Bahia da Câmara da Vila de Santa Luzia do Rio Real (1781-1802). Arquivo Público do Estado da Bahia. Maço 201, Vol. 08. Doc. 01A